

EM TEMPOS DE CRISE: A RENDA BÁSICA UNIVERSAL COMO CHAVE PARA ENFRENTAR PROBLEMAS PERMANENTES

Briefing PET/TEPP do IRI (Julho/2020), *Carolina Maciel Martins*

RESUMO

A necessidade de repensar as formas de proteção social já se evidenciava há tempos, especialmente devido às perspectivas de automação do trabalho. O presente *briefing* propõe analisar como a crise proveniente do cenário pandêmico com o COVID-19 antecipou a imprescindibilidade desse debate, colocando um projeto em evidência como possível caminho: a Renda Básica Universal (RBU). O objetivo é realizar uma análise de suas características, vantagens e controvérsias e explorar o espaço que a agenda de transferência de renda tem ocupado durante a crise e as possibilidades para o futuro. Pensar em novos caminhos é, indubitavelmente, um trabalho árduo, mas este *briefing* propõe um compromisso com a ideia de que “o conhecimento sobre a sociedade está incompleto se lhe falta uma proposta emancipatória” (LINKLATER, 2007, p. 147, tradução minha).

INTRODUÇÃO

A infeliz crise multidimensional provocada pelo COVID-19 ofereceu uma janela de oportunidade para a discussão de novas formas de proteção social. Segundo Leandro Ferreira e Tatiana Roque (2020) (respectivamente presidente e vice-presidente da Rede Brasileira de Renda Básica), diante da percepção de que o ônus da paralisação é distribuído de maneira extremamente desigual, a renda básica para os mais pobres e trabalhadores informais já ganhou força em escala mundial. Entretanto, como é observável no caso brasileiro, o processo burocrático minucioso, lento e falho da Renda Emergencial diminuiu drasticamente seu alcance, deixando uma parcela considerável da população sem o devido amparo.

Por isso, o presente *briefing* tratará especificamente da Renda Básica Universal (RBU), que é, por definição, incondicional, o que torna o processo muito menos burocrático e não exige comprovação de empregabilidade, condição financeira, etc. e, conseqüentemente, faz dela um caminho mais viável para lidar com as incontestáveis contradições do capitalismo

NÚCLEO DE PESQUISA EM REFÚGIO & DESENVOLVIMENTO

O Núcleo de Pesquisa em Refúgio & Desenvolvimento (NPR&D) convergiu as linhas de pesquisa do Programa Tutorial de Ensino (PET) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio.

Financiado pelo Ministério da Educação (PET) e pela PUC-Rio (TEPP), o Programa de Educação Tutorial do IRI foi criado para promover a formação em pesquisa. Tem como foco a atuação do Brasil na ampla área de desenvolvimento internacional, com especial atenção para a interseção entre políticas públicas e Relações Internacionais nos amplos campos de mobilidade, desenvolvimento e direitos humanos.

Os briefings são fruto do valioso apoio das bolsas PET e TEPP.

Mais informações em www.pet-iri.com.

Tel.: 3527-1557.

O PET do IRI/PUC-Rio foi estabelecido em 2013.



manifestas com muito mais vigor durante esta crise (BOTELHO, 2020). Além disso, defendo que a urgência da Renda Básica Universal ultrapassa, neste momento, sua qualidade como caminho para maior dignificação da vida humana; é uma questão de saúde pública, já que o distanciamento social é necessário para a contenção do novo coronavírus - e há muitos que, desprovidos de qualquer renda ou poupança, saem às ruas com propósito de ter comida na mesa no dia seguinte. De acordo com a FIOCRUZ (2020), a garantia de proteção social para as populações em situação de vulnerabilidade, no contexto da pandemia, é também uma forma de promover saúde.

Ressalto que a RBU não é um debate que surgiu agora, ou recentemente, mas é discutida há décadas ao redor do mundo. O foco, neste trabalho, será tratar especificamente do Brasil, onde a questão ganha relevância desde a década de 90, com o projeto de lei 2561/1992, o Programa de Garantia de Renda Mínima, proposto pelo então senador da República, Eduardo Suplicy e, posteriormente com o PL 254/2003, também de Suplicy, que instituiria a Renda Básica de Cidadania - o que nunca efetivamente saiu do papel.

DESMISTIFICANDO: O QUE É A RENDA BÁSICA UNIVERSAL?

A Renda Básica Universal, neste *briefing*, não será abordada como solução absoluta para todos os problemas que encaramos; isso seria ingênuo. Entretanto, será defendida como um meio de lidar com as novas transformações e contradições do capitalismo, que incontestavelmente se manifestam com mais ênfase diante de uma crise como a que vivemos. Nesta seção, abordarei brevemente as cinco características pilares para o entendimento da RBU.

A primeira, e talvez a mais controversa, é a universalidade, ou seja, como o nome diz, a RBU é paga a *todos*, independentemente de renda ou de patrimônio acumulado, pelo simples fato de serem cidadãos. A pergunta natural é: até para quem não precisa? Sim, contudo, num sistema ideal de Renda Básica, acompanhado de reformas tributárias, consideramos que os mais ricos serão taxados e, expondo de maneira bem simplória, essa captura de renda dos mais ricos seria redistribuída. A universalidade traz para a Renda Básica a ideia de que a segurança de renda é um direito de todos, assim como o acesso à educação e a saúde.

A segunda é a incondicionalidade, a Renda Básica é paga sem que o indivíduo precise comprovar qualquer coisa para ter acesso à renda, ou seja, não é necessário comprovar se está empregado, se contribui ou não para o sistema previdenciário, se está disposto a trabalhar ou se manda os filhos para a escola. Estas duas características já descritas incitam reações contrárias, seja por falta de informação, críticas ao possível desenho do programa ou elitismo. Trato dessas controvérsias adiante.

Contudo, um desenho que explica bem a razão de ser da universalidade e incondicionalidade é o momento que atravessamos. “Programas de transferência de renda voltados para grupos específicos exigem

A RBU já tem sido interpretada como oportuna mesmo antes da crise do coronavírus, por conta de transformações no mundo do trabalho impactadas por processos de automação e pelo crescimento das economias digitais, que tem como consequência a decadência do emprego formal. Segundo Tatiana Roque (2018), a popularidade da Renda Básica cresce ligada à percepção de que, devido aos avanços da tecnologia, os empregos se tornarão cada vez mais raros. O que constantemente atualiza esse debate, de maneira sinóptica, é o desemprego estrutural e tecnológico, a pobreza e desigualdade social extremas, a crescente relevância da produção imaterial, a globalização da economia e seus efeitos perversos sobre as vidas das pessoas. Tudo isso torna mais vulnerável a segurança material de importantes setores da população mundial já em situação de vulnerabilidade (Pereira da Silva, 2017). A premissa deste *briefing* parte da Renda Básica já estar sendo impulsionada como um dos desdobramentos plausíveis na agenda de proteção social nesta era cada vez mais automatizada e com o emprego formal em decadência. Dadas as dimensões dos impactos trazidos pelo cenário de pandemia, torna-se evidente que a RBU *precisa* ser abordada com urgência.

comprovação da situação de pobreza, idade ou condição laboral. Na calamidade em que vivemos, os obstáculos para acesso aos auxílios devem ser eliminados” (Ferreira, L; Roque, T, 2020). O processo seletivo burocrático envolvido na Renda Emergencial tem excluído indivíduos e famílias que, durante esse momento, necessitam desse dinheiro para sobreviver.

A terceira característica é que a RBU deve ser paga exclusivamente em dinheiro, e não em cartões, *vouchers*, ou cestas básicas. O propósito, claro, não é tornar deméritas outras formas de assistência - como as cestas ou vales-alimentação -, pois estas têm sua devida importância. O fato de ser em dinheiro garante maior liberdade e dignidade para os beneficiários escolherem como e com o que querem gastar, colocando em pauta a subjetividade do que é mais importante para cada um.

“Se o objetivo é erradicar a fome e a miséria, é preciso compreender que a pessoa pobre necessita mais do que matar a fome. Se está fazendo frio, precisa comprar um agasalho ou um cobertor. Se a telha ou a porta de sua casa estão avariadas, é preciso consertá-las. [...] Houve um episódio interessante que certo dia causou grande polêmica entre os responsáveis pelo programa de renda mínima de Campinas. Uma senhora havia gasto os recursos recebidos do mês para adquirir uma dentadura. Quando ouviram, entretanto, que ela queria ‘ter a coragem de sorrir de novo’, sem precisar tapar a boca, sem sentir vergonha, tendo até mesmo melhores condições de conseguir um emprego, ou ser amada, não tiveram mais dúvidas de que fora importante ela ter a liberdade de escolher no que iria gastar sua renda.” (SUPLICY, 2013, p.190)

A quarta característica é a periodicidade, ou seja, é paga em intervalos regulares (como mensalmente), não só em momentos de crise como o que vivemos agora. A partir dessa característica, há vantagens como a eliminação da insegurança de renda através da possibilidade de um maior planejamento financeiro.

A quinta e última característica definidora da Renda Básica Universal é a individualidade. Não tem como base a estrutura familiar, se alguém da família está desempregado ou quantos filhos há em cada lar: “O pagamento individualizado significa que não se trata de um benefício baseado na comprovação de carências de determinada unidade doméstica. A composição de um lar também não altera as parcelas percebidas.” (Ferreira, 2019) É essencial entender que a questão familiar pode ser mais complexa do que pode ser descrito em um desenho de política social, então a individualidade impede, por exemplo, que cada pessoa possa fazer uso desse benefício, sem ficar subjugado a quem receberia em nome dela. Evita que liberdades sejam tolhidas.

É imprescindível compreender os pilares do conceito de RBU e como cada um deles faz tomar forma um projeto que coloca a dignidade da vida humana em primeiro lugar e “pode ser o ponto de partida de um novo pacto que vá recompor forças políticas em torno da prioridade absoluta de reduzir as desigualdades, inventar novos modelos produtivos e fundar um projeto de sociedade à altura do nosso tempo.” (Roque, 2018)

Ainda não há programas implementados que cumpram todas essas características, contudo, elas funcionam como um norte. O que existem, até aqui, são tentativas de reformas políticas na direção da RBU, como discutirei adiante, no caso da Finlândia e de Maricá. É necessário investir em um debate que envolva a reforma de nossas políticas atuais na direção destas cinco características, fazendo com que elas sejam capazes de chegar a *todas* e com a menor burocracia envolvida. Conforme coloca a economista Laura Carvalho (2020) em publicação no *Nexo Jornal*, um benefício desse tipo altera profundamente as relações entre empregados e empregadores, por abrir espaço para que as pessoas realizem atividades não mercantilizadas, mas socialmente produtivas, como aquelas relacionadas ao cuidado — das crianças, idosos e doentes — ou atividades artísticas, políticas e de serviço comunitário.

RENDA BÁSICA E A CONTROVÉRSIA DO NEXO RENDA, TRABALHO E DIGNIDADE

É preciso discutir a relação trabalho-dignidade, a concepção de que o trabalho é uma pré-condição para a dignificação da vida humana. Essa ideia promove alguns estigmas conservadores e elitistas que já conhecemos, por exemplo, em relação ao Programa Bolsa-Família. Sabemos que a Renda Básica é uma ideia que, cada vez mais, é contemplada por mais de um espectro político antes mesmo da crise no novo coronavírus, seja por crenças ideológicas de justiça e solidariedade, pela previsão de um mercado consumidor reduzido frente à automatização do trabalho, entre diversos outros motivos. Contudo, a estigmatização da população pobre e de programas de transferência de renda ainda é muito presente (FALCÃO, 2018, p. 41)

É evidente que o trabalho continua a ser um elemento central para o debate, há certa resistência a ideia de que alguém possa receber uma renda que não provenha de sua força de trabalho, levando a concepção de que quem usufrui de programas sociais e de transferência de renda são “preguiçosos” e não querem trabalhar. A característica de incondicionalidade da renda básica deixa de condicionar o suprimento de necessidades básicas ao assalariamento, ou seja, é preciso desacoplar o direito a condições básicas de vida do status de empregado - esse é um ponto crucial para a mudança de mentalidade: o direito das pessoas a uma renda mínima deve ser visto como independente de a pessoa estar ou não trabalhando. (Suplicy, 2013, p. 192)

Porém, é preciso lutar contra tais falácias elitistas que ganham espaço contra potenciais programas de transferência de renda. O primeiro exemplo que eu gostaria de trazer é o relatório final de um experimento de dois anos com a Renda Básica, ocorrido na Finlândia, publicado pelo fundador da Basic Income Earth Network (BIEN), Philippe Van Parijs: “Duas mil pessoas desempregadas há um tempo, de idades entre 25 e 58 anos foram aleatoriamente selecionadas para receber o benefício da renda mínima de 560 euros/mês. Por dois anos, elas recebiam aquela quantidade incondicionalmente – independentemente de com quem viviam, quanto

ganhavam e se estavam ativamente procurando por um emprego.” (Van Parijs, 2020, tradução minha)

“Dispositivos para recusar o pavor e a perversidade deste momento, para superar o trauma coletivo e compensar a vulnerabilidade subjetiva que experimentamos todos, precisam ser capazes de esboçar novos mundos”
(Ferreira, L.; Roque, T., 2020)

Uma das questões-chave que o experimento na Finlândia buscava responder era se as pessoas que recebiam a renda se tornariam ou não mais ociosas - já que isso corresponde ao imaginário de muitos. O movimento foi justamente o contrário: não só não houve aumento de ociosidade, mas alguns grupos do experimento passaram a trabalhar mais dias/ano. Além disso, “as conclusões do experimento é que os beneficiários se sentiram mais seguros, no comando de suas vidas e com melhor saúde mental e física.” (Torres Lopez, 2018) É claro que é necessário destacar que, sendo um experimento em um grupo consideravelmente pequeno, os resultados têm suas limitações, contudo, “sejam lá quais forem as limitações, esse experimento gera ótimos questionamentos para aqueles que acreditam que a renda básica é o caminho!” (Van Parijs, 2020, tradução minha)

Esse era o mesmo argumento usado com o Programa Bolsa Família (PBF): as famílias deixariam de trabalhar porque receberiam um tão singelo auxílio do governo, e dependeriam inteiramente do governo, o que é comprovadamente uma falácia propagada por aqueles que se opõem a programas como este por questões ideológicas ou desconhecimento. Os efeitos de programas de transferência de renda sobre os incentivos ao trabalho são, na melhor das hipóteses, ambíguos: “No caso brasileiro, quem em sua consciência realmente acredita que alguém que já vive com tão pouco vai deixar de trabalhar

porque passou a receber um complemento do governo? A ideia é quase estapafúrdia.” (De Bolle, 2020)

É de irônica melancolia nos depararmos com o fato de que parte da lógica argumentativa que se opõe à RBU é semelhante (senão igual) aos argumentos de oposição ao salário mínimo quando esta discussão estava em voga. Em um artigo publicado na Folha de São Paulo, “*O debate sobre o salário mínimo*”, em março de 1976, Eduardo Suplicy já rebatia os questionamentos sobre o desemprego que seria causado pela implantação do salário mínimo. Em 2020, ainda enfrentamos a mesma propagação de desinformação que mantém as camadas mais pobres distantes de alcançarem com plenitude os seus direitos.

Outro experimento que pode funcionar como norte para o futuro acontece bem perto de onde escrevo, no município de Maricá, no Rio de Janeiro. A prefeitura de Maricá criou, em 2013, a moeda eletrônica social Mumbuca para combater a pobreza e estimular o comércio local, baseado nos princípios de Economia Solidária. Os benefícios da Renda Básica de Cidadania são diferentes de outros programas de transferência de renda, como o PBF. A Mumbuca (com paridade de 1 para 1 com o real) deve ser gasta exclusivamente dentro do próprio município, trazendo dinâmica para a economia local. De acordo com um grupo de pesquisadores da UFF, já há mais de duas mil unidades comerciais cadastradas para receber pagamentos com a moeda social e o programa é concedido de forma incondicional: “para ter direito ao benefício (R\$130 por pessoa), basta constar no Cadastro Único do Governo Federal, que inclui famílias com renda até 3 salários mínimos mensais e residir em Maricá há pelo menos três anos.” (UFF, 2020)

O Jain Family Institute, uma organização americana de pesquisa aplicada em ciências sociais, apontou Maricá como o maior exemplo de distribuição de Renda Básica na América Latina.

O Secretário de Economia Solidária de Maricá afirma que “podemos dizer que a Mumbuca ganhou o mundo, que hoje é um modelo para outros países surgido em nossa cidade. Por causa dela, hoje em dia não temos mais gente miserável em Maricá, que vai na contramão da retirada de direitos no Brasil. [...] É uma cidade utópica” (CARLOS DE AZEVEDO, 2020). É essencial ressaltar que, durante o período de pandemia do novo coronavírus, o pagamento da moeda local subiu de 130 para 300 mumbucas para os beneficiários.



Foto: Clarildo Menezes. Prefeitura de Maricá

Exemplos como estes demonstram a importância de absorver que o direito a uma renda mínima precisa ser distinguido do direito ao assalariamento. Todo o empenho para que se alcance o pleno emprego é integralmente válido, mas outros fatores precisam ser levados em consideração para que o assalariamento não seja a única maneira de sobrevivência. Esses perpassam desde a informalidade do trabalho, que vem crescendo cada vez mais, à subtração de direitos mesmo a quem possui empregos formais, o processo de automatização do trabalho e, a “bola da vez”, uma pandemia que demonstrou o quão ineficiente é o nosso sistema de proteção social. Não foi apenas o novo coronavírus que expôs pessoas à morte, mas também a insuficiência de uma resposta rápida para quem não saberia como alimentar a si próprio e a família caso não saísse de casa no dia seguinte. E, por isso, continuaram saindo, expondo a vulnerabilidade de seus corpos e a descartabilidade de suas vidas.

COMO A RENDA BÁSICA TEM GANHADO ESPAÇO NO BRASIL?

Como dito anteriormente, a Renda Básica não é uma ideia nova. Podemos, na verdade, traçar o processo histórico que desenvolveu este debate até o século XVI - mas talvez esse seja assunto para outro *briefing*. A crise do coronavírus gerou um novo desafio para pensarmos em proteção social, com dezenas de países adotando programas de transferência de renda emergenciais para quem se encontrava em maior grau de vulnerabilidade.

Esse processo, no Brasil, envolve diversas controvérsias e exigiria um novo debate para discutir em quem realmente chegou esse benefício, embora ele tenha sido, indubitavelmente, necessário. Muitos pensam que a Renda Emergencial deve funcionar exclusivamente como Renda Emergencial, já que voltaríamos a uma suposta normalidade dentro de um tempo. Essa seria uma “má interpretação”, de acordo com Guy Standing (2020, tradução minha). Uma má interpretação não apenas da natureza desta crise como da relevância da Renda Básica. O sistema econômico não vai, e não pode se recuperar rápido e de forma inalterada. Ele já estava em um caminho insustentável mesmo antes da pandemia (ibid, 2020). A velocidade e a escala que os *lockdowns* destroçaram a vida financeira das pessoas destacam isso.



Contudo, muitos profissionais de muitas áreas e espectros políticos se aproximaram do tema da Renda Básica, tal como a economista Monica de Bolle, que nos últimos meses tem se dedicado ao tema. De Bolle coloca que a defesa da renda básica permanente transcende a crise humanitária que atravessamos: “De uma ótica mais pragmática, a renda básica permanente contribui para a estabilidade da economia e a cidadania na democracia.” (DE BOLLE, 2020). Outros se aproximam do tema de maneira julgada oportunista, como é o caso do apresentador de televisão Luciano Huck, que sempre foi um grande defensor de medidas neoliberais. É positivo, claro, que o máximo de vozes se juntem ao coro pela Renda Básica, mas se faz necessário afirmar que a Renda Básica não é só um fim a ser atingido, os meios para que a alcancemos são igualmente importantes.

“[...] o desafio será passar da renda emergencial para a universal e perene renda básica da cidadania, algo que possibilite a toda pessoa ter resguardada sua sobrevivência e de sua família enquanto um direito reconhecido e assegurado pelo Estado, [...] uma forma efetiva de eliminação da pobreza exacerbada, com a grande vantagem de não sujeitar indivíduos ao trabalho aviltante, algo que contribui efetivamente para que os salários como um todo não sejam puxados para baixo. Verifica-se, portanto, que essa extrema crise constitui uma oportunidade histórica para a busca da concretização de uma política de Estado com expressivo valor civilizatório.” (Ricardo de Souza, 2020)

A partir dessa reflexão e com o assunto de Renda Básica em pauta em todas as redes, o Ministro da Economia emerge com a proposta chamada Renda Brasil, um programa de transferência de renda supostamente mais abrangente que o Programa Bolsa Família por incluir trabalhadores informais. Eu definiria o programa como uma farsa. De acordo com a filósofa e matemática Tatiana Roque (2020), se hoje

a Renda Brasil for criada apenas redistribuindo os programas sociais que já existem, teremos dois resultados: o primeiro é que o valor da renda será muito baixo e o segundo é que vamos deixar de cobrir outros programas sociais que beneficiam pessoas que também são pobres e, para a professora, a única maneira de se financiar uma renda básica permanente é através de uma reforma tributária. Ainda, de acordo com Laura Carvalho (2020), “a adoção de um programa de imposto de renda negativo como o Renda Brasil por um ministro adepto do Estado mínimo está longe de significar o início de uma caminhada gradual rumo ao direito universal à cidadania defendido historicamente por Eduardo Suplicy.”

O economista Rodrigo Zeidan, que também se aproximou do debate recentemente, em artigo na Folha de São Paulo, publicado em maio deste ano, sugere também que não é hora para populismo, é preciso dizer de onde vai vir o dinheiro: “No fundo, há duas coisas a fazer. Aumentar o Imposto de Renda da Pessoa Física, acabando com brechas, estabelecendo alíquotas maiores (até 40%), e sobre ganhos de capital. Além disso, devemos propor cortes de despesa em outras áreas.”

A complexidade da discussão no momento em que vivemos segue em um passo difícil de acompanhar, mas mesmo sob um governo em que as populações mais vulneráveis são abertamente marginalizadas, o debate em voga com tantos acadêmicos preparados traz certa perspectiva para o futuro.

CONCLUSÕES

A Renda Básica Universal deixou seu caráter utópico para trás diante desse cenário de pandemia. É natural que tenhamos mais perguntas do que respostas acerca de um tema de profunda complexidade, mas ele foi trazido justamente para despertar estímulos que nos movem adiante rumo a uma sociedade mais justa e cada vez menos desigual.

Em entrevista concedida a mim por Eduardo Matarazzo Suplicy no dia 22 de maio de 2020, via plataforma Zoom, o atual vereador de São Paulo conseguiu deixar palavras de esperança, mesmo em um momento tão caótico. Prestes a nos despedir, Suplicy diz que na medida em que propusermos algo de bom senso - e, em suas palavras, a renda básica, quando bem explicada, lhe parece de bom senso, é consistente com o apelo do Papa para nós. Ele continua que “então, pessoas de boa vontade, inclusive aqueles que estão com maior riqueza em nosso país, na medida em que a eles se mostrar que possamos ter uma nação muito mais solidária, fraterna como queremos, aí nós vamos chegar lá, logo, logo.”

Os cinco pilares da Renda Básica Universal, promotores de dignidade e liberdade de escolha, dialogam com um trecho de uma carta escrita por Eleanor Marx, a filha mais jovem de Karl Marx, a seu amigo Olive Schreiner, e, portanto, concluo o *briefing* com suas palavras, muito melhores de quaisquer que eu poderia articular.

“É curioso mas acredito que muita gente não compreende o quanto a noção de felicidade é importante para os socialistas, como ela está no coração mesmo do pensamento de Marx. É ela, afinal, o grande objetivo da nossa luta, a felicidade – não como simples busca do prazer individual – mas como autorrealização do ser humano. O direito que cada indivíduo tem de poder expressar e realizar suas capacidades, realizar-se, colocando sua humanidade no que faz, seja o que for: um objetivo, uma lavoura, uma obra de arte. Que todos possam ser felizes, efetivando suas capacidades e fazendo parte de uma coletividade, um grupo que os reconhece como seus. [...] Não creio que exagero quando penso que a beleza da vida, a alegria de viver é o que deve nos guiar e é o que nos pode dar alguma força. Que a revolução significa não apenas a busca da vida e da liberdade, mas a busca da felicidade.” (MARX, Eleanor, 1897)

ENTREVISTA

Suplicy, Eduardo. Entrevista concedida à Carolina Maciel Martins via Zoom, dia 22 de maio de 2020.

BIBLIOGRAFIA

AMBRÓSIO, M. **Renda Básica de Cidadania Ganha Mais Destaque na Imprensa Internacional**, Prefeitura de Maricá, 14 fev. 2020. Disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/2020/02/14/renda-basica-de-cidadania-ganha-mais-destaque-na-imprensa-internacional/>>

BOTELHO, M. L. **Epidemia econômica: Covid-19 e a crise capitalista**. Blog da Boitempo, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19#:~:text=%C3%89%20preciso%20haver%20a%C3%A7%C3%B5es%20integradas,renda%20nunca%20esteve%20t%C3%A3o%20vulner%C3%A1vel>>.

CARVALHO, L. O Que Está Por Trás Das Diferentes Propostas de Renda Básica. **Nexo Jornal**, 11 jun. 2020. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2020/O-que-est%C3%A1-por-tr%C3%A1s-das-diferentes-propostas-de-renda-b%C3%A1sica>>

DE BOLLE, M. Precisamos Falar Sobre a Renda Básica Permanente. **Revista Época, O Globo**, São Paulo, 10 abr. 2020. Disponível em <<https://epoca.globo.com/monica-de-bolle/precisamos-falar-sobre-renda-basica-permanente-24362819>>

FALCÃO, T. O Programa Bolsa Família: contexto nacional e a estrutura de políticas sociais. In: ESTEVES, P.; SIQUEIRA, I. R. (Orgs.) **O desenvolvimento que queremos: Bolsa Família como aprendizado para uma nova agenda**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018. p. 29-42.

FERREIRA, L.; ROQUE, T. Renda Básica, Antes Folclórica, Vira Medida Essencial Para Enfrentar Crise do Coronavírus. **Folha de São Paulo**, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/03/renda-basica-antes-folclorica-vira-medida-essencial-para-enfrentar-crise-do-coronavirus.shtml>>

FIOCRUZ. **Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19**. Portal Fiocruz, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid19#:~:text=%C3%89%20preciso%20haver%20a%C3%A7%C3%B5es%20integradas,renda%20nunca%20esteve%20t%C3%A3o%20vulner%C3%A1vel>>.

LINKLATER, A. **Critical Theory and World Politics**. New York: Routledge, 2007.

PEREIRA DA SILVA, J. Uma Renda Básica como Política Social para Mudar a Vida de Todos. **Revista IHU Online**, Edição 503, 24 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6829-uma-renda-basica-como-politica-social-para-melhorar-a-vida-de-todos>>

RENATO, S. **Pesquisa Internacional comprova eficiência do Programa de Renda Básica de Cidadania**. Prefeitura de Maricá, 13 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/2020/02/13/pesquisa-internacional-comprova-eficiencia-do-programa-renda-basica-da-cidadania/>>

ROQUE, T. Revolução tecnológica exige novo Estado Social, **Folha de São Paulo**, 18 de fev. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/576177-revolucao-tecnologica-exige-novo-estado-social-escreve-professora>>

SÃO PAULO. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 2561/1992**. Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM e dá outras providências, apresentada em 23 mar. 1992. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=18311>>

SÃO PAULO. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 254/2003**. Institui a Renda Básica de Cidadania e dá outras providências, apresentada em 7 mar. 2003. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=105466&fichaAmigavel=nao>>

SILVEIRA, M. J. **Eleanor Marx, filha de Karl: um romance**. São Paulo: Francis, 2002.

SOUZA, A. Da garantia de sobrevivência na profunda crise à almejada efetivação da renda básica da cidadania. **Portal das Ciências Sociais Brasileiras**, Boletim n. 27, 24 abr. 2020. Disponível em

<<http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2341-boletim-n-27-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>>

STANDING, G. Guy Standing on How Lockdowns Make the Case for A Basic Income. **The Economist**, 20 mai 2020. Disponível em: <<https://www.economist.com/by-invitation/2020/05/20/guy-standing-on-how-lockdowns-make-the-case-for-a-basic-income>>

SUPLICY, E. **Renda de Cidadania: A Saída É Pela Porta**. 7ª Edição. São Paulo: Cortez, 2013.

TORRES, P. **Moeda Social Mumbuca Vira Documentário de TV**. Prefeitura de Maricá, 8 nov. 2016. Disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/2016/11/08/moeda-social-mumbuca-vira-documentario-de-tv/>>

UFF. **Renda Básica de Cidadania: pesquisadores da UFF participam da ampliação de projeto social pioneiro em Maricá, 2020**. Disponível em: < <http://www.uff.br/?q=noticias/15-01-2020/renda-basica-de-cidadania-pesquisadores-da-uff-participam-da-ampliacao-de>>.

VAN PARIJS, P. Basic Income: Finland's Final Verdict. **Social Europe**, 7 mai 2020. Disponível em <<https://www.socialeurope.eu/basic-income-positive-results-from-finland>>

ZEIDAN, R. Precisamos discutir um programa de Renda Básica Permanente e Sem Populismo. **Folha de São Paulo**, 15 mai 2020. Disponível em: <